

Conselho de Administração

Deliberação N° 08/CA/2011

de 28 de Novembro

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE FREQUÊNCIAS N° 02/2011

O espectro radioelétrico é um recurso natural limitado e universalmente utilizado pelos diferentes sistemas de comunicações.

Em Cabo Verde, compete à Agência Nacional das Comunicações (ANAC), na qualidade de Autoridade Reguladora Nacional (ARN), assegurar a gestão do espectro, proceder à planificação, atribuição e consignação de frequências, as quais devem obedecer critérios objectivos, transparentes, não discriminatórios e de proporcionalidade.

Constituem objectivos primordiais da ANAC, o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento, através de um melhor aproveitamento dos recursos existentes, a introdução de novos e melhores serviços, assim como o desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais.

Sendo assim,

Ao abrigo do disposto dos artigos 12°, 18°, 25° e 30° do Decreto Legislativo n° 7/2005 de 28 de Novembro, e no âmbito do processo de negociação para atribuição de um direito de utilização de frequência para sistemas de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G), o Conselho de Administração da ANAC delibera o seguinte:

Artigo 1.º

Emitir um direito de utilização de frequências à empresa T+ Telecomunicações, S.A., para a prestação de serviços de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G) baseado no sistema UMTS (*Universal Mobile Telecommunications System*).



Artigo 2.º

O direito de utilização acima referido rege-se pelos termos e condições constantes do documento em anexo à presente Deliberação e da qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

A presente Deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Agência Nacional das Comunicações, na Cidade da Praia, aos 28 de Novembro de 2011.



David Gomes
Presidente

Carlos Silva
Administrador

Valdmiro Segredo
Administrador

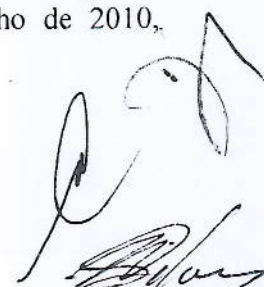
ANEXO

TERMOS E CONDIÇÕES DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE FREQUÊNCIAS

CAPÍTULO I

Condições Preliminares

1. É atribuído à empresa T+ Telecomunicações, S.A., doravante abreviadamente designada por T+ Telecomunicações, matriculada na Conservatória de Registos da Praia sob o nº 1874, com o NIF 252214420, com sede social na Rua Cidade do Funchal nº 8, em Achada de Santo António, Cidade da Praia, um direito de utilização de frequências, de âmbito nacional, para a prestação de serviços de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G) baseado no sistema UMTS (*Universal Mobile Telecommunications System*).
2. O direito de utilização de frequências em referência rege-se ainda por:
 - a) Disposições constantes do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;
 - b) Regulamento do concurso público para atribuição de três direitos de utilização de frequências de âmbito nacional para os sistemas de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G), aprovado pela Deliberação nº 002/2010 de 24 de Junho do Conselho de Administração da ANAC, publicado na II Série do Boletim Oficial. nº 28 de 14 de Julho de 2010;
 - c) Disposições constantes do Caderno de Encargos nº 03/ANAC/2010;
 - d) Presente Deliberação; e
 - e) Demais legislação aplicável ao sector das comunicações electrónicas.
3. Todas as obrigações acordadas no processo de negociação para atribuição de um direito de utilização de frequência para sistemas de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G), e devidamente subscritas pela T+ Telecomunicações, constituem, para todos os efeitos, parte integrante do presente Direito de utilização de frequências.
4. Pela emissão do presente título, a T+ Telecomunicações deve pagar o montante de 5.000.000\$00 (cinco milhões de Escudos cabo-verdiano), nos termos estipulados no Despacho nº 56/2010, publicado na II Série do Boletim Oficial nº 29, de 21 de Julho de 2010.



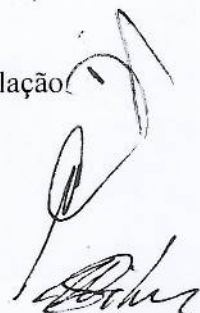
correspondente à atribuição do direito de utilização de frequências a que se refere o ponto 1. do presente documento.

5. A T+ Telecomunicações deve levar a cabo o Plano de Desenvolvimento da Sociedade de Informação proposto no âmbito do processo de negociação referido no ponto 3. do presente documento, cujo valor global de investimento proposto pela T+ Telecomunicações é de € 6.003.485,00 (seis milhões, três mil quatrocentos e oitenta e cinco Euros) equivalente a 661.974.223,00 ECV (seiscentos e sessenta e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e três Escudos cabo-verdianos).
6. Em caso de incumprimento de qualquer das obrigações previstas no Plano referido no ponto anterior, a T+ Telecomunicações fica sujeita a sanções que, em função da sua gravidade, pode determinar inclusive a perda do direito de utilização de frequências atribuídos.

CAPÍTULO II

Condições Gerais

7. A T+ Telecomunicações fica sujeita ao cumprimento das seguintes condições, decorrentes do nº 1 do artigo 25º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro:
 - a) Assegurar a interoperabilidade dos serviços de comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração com outros serviços de comunicações electrónicas;
 - b) Negociar a interligação e obter o acesso ou a interligação de outras empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, nas condições e nos termos previstos no Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, sem prejuízo das competências da ANAC previstas na lei, nomeadamente no âmbito das análises de mercados;
 - c) Garantir a manutenção da integridade da rede, nomeadamente mediante a adopção de condições que impeçam a interferência electromagnética entre redes e ou serviços de comunicações electrónicas, nos termos da lei e respectivas medidas regulamentares;
 - d) Adoptar medidas que garantam a utilização do serviço durante grandes catástrofes e a sua disponibilidade em situações de emergências ou força maior, para garantir as comunicações entre serviços de emergência e as autoridades, bem como as emissões para o público;
 - e) Garantir a segurança da rede contra o acesso não autorizado nos termos da Legislação.



aplicável no domínio das comunicações electrónicas;

- f) Cumprir os requisitos de protecção do ambiente ou de ordenamento urbano e territorial, assim como os requisitos e condições associados à concessão de acesso a terrenos públicos ou privados e condições associadas à partilha de locais e recursos, incluindo, sempre que apropriado, todas as garantias financeiras e técnicas necessárias para assegurar a correcta execução dos trabalhos de infra-estrutura;
- g) Garantir a protecção dos dados pessoais e da privacidade no domínio específico das comunicações electrónicas, em conformidade com legislação aplicável;
- h) Adoptar as regras que garantam a protecção dos consumidores específica do sector das comunicações electrónicas;
- i) Observar as condições técnicas e operacionais necessárias à não produção de interferências prejudiciais e à limitação da exposição da população aos campos electromagnéticos de acordo com a legislação aplicável;
- j) Adoptar medidas destinadas a garantir a conformidade com as normas e ou especificações constantes do artigo 27º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;
- k) Instalar, a expensas próprias, e disponibilizar sistemas de intercepção legal às autoridades nacionais competentes, bem como fornecer os meios de descriptação ou decifração sempre que ofereçam essas facilidades, em conformidade com a legislação aplicável à protecção de dados pessoais e da privacidade no domínio das comunicações electrónicas;
- l) Observar as restrições respeitantes à transmissão de conteúdos ilegais, e a transmissão de conteúdos lesivos em conformidade com a lei;
- m) Contribuir para o financiamento do serviço universal, nos termos que vierem a ser definidos, em conformidade com os artigos 92º a 94º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;
- n) Pagamento das taxas em conformidade com o artigo 102º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;
- o) Adoptar as medidas de protecção dos utilizadores e assinantes constantes no artigo 37º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;



- p) A T+ Telecomunicações fica ainda sujeita a cumprir as obrigações de transparência dos operadores de redes de comunicações públicas que oferecem serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público a fim de garantir a conectividade de extremo-a-extremo, em conformidade com os objectivos e os princípios estabelecidos no artigo 5.º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, a divulgação de todas as condições que limitam o acesso e ou a utilização de serviços e aplicações quando essas condições são autorizadas nos termos da lei e, quando necessário e proporcional, o acesso por parte da ARN à informação necessária para comprovar a exactidão dessa divulgação.
8. Todas as infra-estruturas de suporte (mastros, alimentação eléctrica, climatização ou similares) e de radiocomunicações (sistemas radiantes ou emissores/receptores) instaladas no âmbito da emissão do presente direito de utilização de frequências devem possuir as condições mínimas exigidas para a permitir a partilha de infra-estruturas com terceiros.
9. Qualquer alteração realizada nas infra-estruturas de suporte e de radiocomunicações já existentes, devem ser feitas de forma a contemplar as condições mínimas a que se refere o ponto anterior.
10. Para efeitos do disposto no ponto 7. do presente documento, a T+ obriga-se a:
- a) Notificar, no prazo de 30 dias a contar da data da sua verificação, quaisquer alterações que venham a ser introduzidas no respectivo pacto social;
 - b) Comunicar o efectivo início das actividades comerciais;
 - c) Fornecer, até ao 20º dia consecutivo do mês seguinte ao final de cada ano civil, as seguintes informações:
 - i) Informação actualizada relativamente aos serviços e facilidades implementadas, bem como sobre os preços praticados;
 - ii) População total coberta, face ao total nacional, com referência ao Censo que, à data a que a informação se reporta, tenha sido mais recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estatística;
 - iii) Área total coberta, face ao total do território nacional;
 - iv) População e área coberta de cada Município, entendidas como a população e área cobertas face ao total de população e área de cada Município, respectivamente, com referência ao Censo mais actualizado publicado pelo Instituto Nacional de Estatística;
 - v) Eixos viários cobertos, com indicação, para cada eixo viário, dos respectivos quilómetros cobertos;

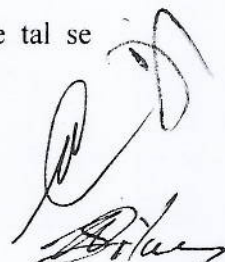


- vi) Elementos que permitam aferir, com eficácia, os parâmetros de qualidade de serviço e de desempenho da rede referidos no ponto 15. do presente documento, descrevendo para o efeito, os métodos e meios técnicos utilizados para a respectiva determinação;
 - vii) Modo de implementação da política de partilha de *sites* assumida na proposta apresentada pela T+ no âmbito do processo de negociação referido no ponto 3º do presente documento, incluindo nomeadamente, o número de *sites* efectivamente partilhados, a identificação dos locais e as entidades envolvidas.
 - viii) Relatório referente aos projectos de desenvolvimento da Sociedade de Informação, apresentados pela T+, no âmbito do processo de negociação referido no ponto 3. do presente documento, desenvolvidas durante o ano transacto, indicando para cada projecto, as acções desenvolvidas, o prazo de execução, assim como uma relação descritiva dos custos relativos a cada um dos projectos.
- d) Prestar, no prazo e na forma que para o efeito forem fixados, as informações adicionais que lhe forem solicitadas no âmbito do artigo 105.º, do Decreto – Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro e para os fins previstos no seu artigo 106.º.

CAPÍTULO III

Condições associadas ao direito de utilização de frequências

11. O presente direito de utilização de frequências destina-se à oferta de serviço comunicações móveis terrestre públicas de terceira geração (3G) baseado no sistema UMTS, para a utilização de 2 x 15 MHz de espectro emparelhado nas faixas 1920-1980 MHz/2110-2170 MHz e 5 MHz de espectro não emparelhado na faixa 1900-1920 MHz, segundo as normas publicadas pelo ETSI.
12. A T+ Telecomunicações deve, em conformidade com b) do artigo 30º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro utilizar de forma efectiva e eficiente as frequências consignadas, ficando sujeita ao cumprimento das seguintes obrigações:
- a) Observar as condições específicas de utilização de frequências constantes da licença radioelétrica emitida nos termos do Decreto-Lei nº 10/2009, de 20 de Abril;
 - b) Assegurar uma cobertura mínima, quer em termos de área, quer em termos de população, não inferior à apresentada na proposta apresentada pela T+ no âmbito do processo de negociação referido no ponto 3. do presente documento.
13. A ANAC pode determinar a cobertura de locais e zonas específicas sempre que tal se



justifique, designadamente para satisfazer necessidades que se revistam de interesse para a população e para o desenvolvimento económico e social.

14. Para efeitos do ponto anterior, a determinação de cobertura de locais específicos é precedida de audiência prévia da T+ Telecomunicações.
15. No exercício do direito de utilização das frequências e de acordo com o faseamento do plano de cobertura referido na proposta apresentada pela T+ Telecomunicações no âmbito do processo de negociação referido no ponto 3. do presente documento, a T+ Telecomunicações fica obrigada a garantir o cumprimento dos seguintes valores mínimos de qualidade de serviço:
 - a) Grau de disponibilidade da rede, entendido este como a percentagem de tempo ao longo do ano em que a rede ou seus componentes se encontram operacionais ao longo do tempo: 99%;
 - b) Os parâmetros Tempo de atraso, Taxa de erro e Débitos de transmissão devem estar dentro dos limites fixados pelas especificações actualizadas do '*Third Generation Partnership Project*' (3GPP), nomeadamente 3G TS 23.107 e 3G TS 22.105, ou outras que resultem de normas ou legislação que venha a ser aprovada.
16. A T+ Telecomunicações deve comunicar previamente à ANAC a intenção de transmitir o direito de utilização das frequências, bem como as condições em que o pretende fazer, nos termos do artigo 35º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro e do fixado a cada momento no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.
17. Pagar à ANAC a taxa devida pela utilização das frequências prevista na alínea f) do nº 1 do artigo 102º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, no montante e de acordo com o fixado no diploma legal que dispõe sobre a matéria.
18. A T+ Telecomunicações obriga-se, nos termos g) do artigo 30º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, a cumprir todos os compromissos constantes da proposta apresentada pela T+ Telecomunicações no âmbito do processo de negociação referido no ponto 3º do presente documento.
19. A T+ Telecomunicações obriga-se também a cumprir os normativos que no futuro venham a ser publicados, ainda que estes prescrevam disposições não previstas à data de atribuição do direito de utilização, mas que resultem de necessidades ou exigências de uso público do serviço, que presta, nos termos do regime previsto no artigo 18º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro.



20. A T+ Telecomunicações obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes dos acordos internacionais aplicáveis em matéria de utilização de frequências.

CAPÍTULO IV

Condições Finais

21. O presente direito de utilização de frequências é válido pelo prazo de 15 anos a contar da data da sua emissão, sendo o seu término em 28 de Novembro de 2026.
22. O direito de utilização de frequências objecto do presente título pode ser renovado nos termos do artigo 34º do Decreto–Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro.

